



RELATÓRIO ANUAL DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 2021 - PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Coordenadoria Técnica de Transparência



SIGLAS E ABREVIações

CDURP	CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CET-RIO	CET-RIO - Companhia de Engenharia de Tráfego do RJ
CGM	CGM - Controladoria Geral do Município
COMLURB	COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CIDADE ARTES	FCA - Fundação Cidade das Artes
FOMENTA RIO	FOMENTA RIO - Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A
FP/CCU	FP/CCU - Coordenadoria de Controle Urbano
FP/CLF	FP/CLF - Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização
FP/SUBGGC	FP/SUBGGC - Subsecretaria de Gente e Gestão Compartilhada
FPJ	FPJ - Fundação Parques e Jardins
GBP	GBP - Gabinete do Prefeito
GEO-RIO	GEO-RIO - Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
GI/SUBTGD/CTTR	GI/SUBTGD/CTTR - Coordenadoria Técnica de Transparência
GM-RIO	GM-RIO - Guarda Municipal do Rio de Janeiro
GP/COR	GP/COR - Centro de Operações e Resiliência
IMPRESA	IC - Empresa Municipal de Artes Gráficas - Imprensa da Cidade
IPLANRIO	IPLANRIO - Empresa Municipal de Informática
IPP	IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
JUV-RIO	JUV-RIO - Secretaria Especial da Juventude Carioca
MULTIRIO	MULTIRIO - Empresa Municipal de Múltimes Ltda.
PGM	PGM - Procuradoria Geral do Município
PLANETÁRIO	PLANETÁRIO - Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro
PREVI-RIO	PREVI-RIO - Instituto de Previdência e Assistência
RIO-ÁGUAS	RIO-ÁGUAS - Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro
RIOCENTRO	RIOCENTRO - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
RIOFILME	RIOFILME - Empresa Distribuidora de Filmes S.A.
RIOLUZ	RIOLUZ - Companhia Municipal de Energia e Iluminação
RIOSAUDE	RIOSAUDE - Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro
RIOSEC	RIOSEC - Companhia Carioca de Securitização

RIO-URBE	RIO-URBE - Empresa Municipal de Urbanização
RIO-ZOO	RIO-ZOO - Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro
S/IVISA-RIO	S/IVISA-RIO - Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária
S/SUBPDEC	S/SUBPDEC - Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil
SEAC-RIO	SEAC-RIO - Secretaria Especial de Ação Comunitária
SECID	SECID - Secretaria Especial de Cidadania
SECONSERVA	SECONSERVA - Secretaria Municipal de Conservação
SEGOVI	SEGOVI - Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública
SEIM	SEIM - Secretaria Especial de Integração Metropolitana
SEMESQV	SEMESQV - Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida
SEOP	SEOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública
SETUR	SETUR - Secretaria Municipal de Turismo
SMAC	SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMAS	SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SMC	SMC - Secretaria Municipal de Cultura
SMCT	SMCT - Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia
SMDEIS	SMDEIS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação
SME	SME - Secretaria Municipal de Educação
SMEL	SMEL - Secretaria Municipal de Esportes
SMFP	SMFP - Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
SMH	SMH - Secretaria Municipal de Habitação
SMI	SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura
SMPD	SMPD - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMPDA	SMPDA - Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais
SMPU	SMPU - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
SMS	SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SMTE	SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
SMTR	SMTR - Secretaria Municipal de Transportes
SPM-RIO	SPM-RIO - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher
RIOTUR	RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro



1. Introdução

2. Transparência Ativa

2.1 Principais iniciativas

2.1.1 Painel de monitoramento da LAI

2.1.2 Agenda Pública

2.1.3 Divulgação da íntegra dos contratos e demais instrumentos jurídicos

2.1.4 Divulgação da remuneração dos servidores municipais

3. Transparência Passiva

3.1 Estatísticas gerais sobre solicitações de acesso à informação

3.1.1 Evolução das solicitações no período 2012-2021

3.1.2. Quantitativo de solicitações de acesso à informação

3.1.3 Cumprimento do prazo de resposta

3.2 Estatística de atendimento aos pedidos por órgão

3.2.1 Órgãos mais demandados

3.2.2 Total de pedidos recebidos por órgão

3.2.3 Cumprimento de prazo de resposta por órgão

3.2.4 Tempo médio de resposta por órgão

3.3 Tipos de respostas e justificativas

3.4 Assuntos e temas

3.5 Perfil dos solicitantes

3.6 Canais de solicitações de acesso à informação

3.7 Recursos

4. Projetos

5. Resumo Executivo





INTRODUÇÃO



O **Relatório Estatístico Anual da Lei de Acesso à Informação 2021 do Município do Rio de Janeiro** tem como objetivo apresentar os dados de atendimento às solicitações de acesso à informação pública, bem como as principais ações realizadas em Transparência Ativa e demais projetos implementados no referido ano. Na Prefeitura do Rio de Janeiro, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) está regulamentada pelo Decreto Rio nº44.745/2018, de 19 de Julho de 2018, e a matéria é de competência da Secretaria de Governo e Integridade Pública, Subsecretaria de Transparência e Governo Digital, Coordenadoria Técnica de Transparência.

Esse documento está dividido em quatro partes. Na primeira, serão abordadas as informações referentes à **Transparência Ativa**, ou seja, informações divulgadas por iniciativa do próprio órgão público, sem necessidade de solicitação prévia.

Na segunda, serão apresentados os dados da **Transparência Passiva**, que consiste nas solicitações individuais de informação apresentadas pela sociedade à Administração Pública Municipal. Neste capítulo, as estatísticas de todas as solicitações apresentadas as realizadas em 2021 levam em consideração o levantamento feito em **31 de março de 2022. Essa data foi utilizada como base para a extração dos dados utilizados na divulgação das informações.**

Na terceira parte, serão apresentados os **principais projetos** realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2021 como a participação no Programa Time Brasil, o estabelecimento de Autoridades de Monitoramento em cada órgão e entidade municipal, além de outras parcerias institucionais.

Por fim, na quarta parte deste relatório contém um **resumo** das informações apresentadas, fornecendo uma visão geral das principais informações deste documento. █



Dessa forma, o relatório está organizado da seguinte maneira:



TRANSPARÊNCIA ATIVA

- ✓ Painel de Monitoramento da LAI
- ✓ Agenda Pública
- ✓ Divulgação da íntegra dos contratos e demais instrumentos jurídicos
- ✓ Divulgação da remuneração em dados abertos



TRANSPARÊNCIA PASSIVA

- ✓ Estatísticas gerais sobre solicitações de acesso à informação
- ✓ Estatísticas de atendimento aos pedidos por órgão
- ✓ Tipos de respostas e justificativas
- ✓ Temas e assuntos
- ✓ Perfil dos solicitantes
- ✓ Canais de solicitação de acesso à informação
- ✓ Recursos



DEMAIS PROJETOS

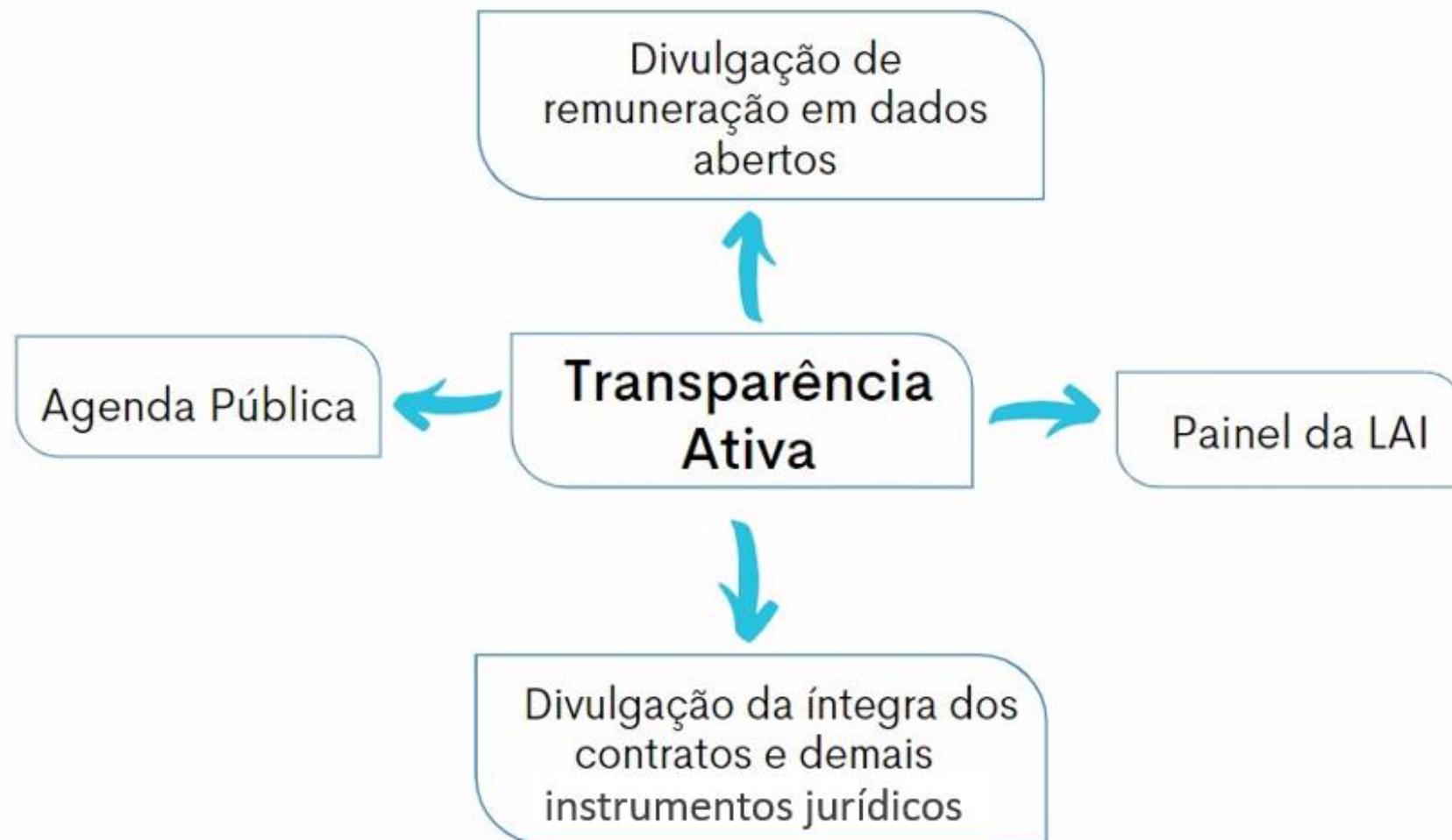
- ✓ Time Brasil
- ✓ Parcerias institucionais
- ✓ Autoridades de monitoramento



TRANSPARÊNCIA ATIVA



2. Transparência Ativa



Transparência Ativa

De acordo com o Art. 8 da Lei de Acesso à Informação, “***é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.***”

Com esse objetivo, a Prefeitura do Rio de Janeiro prioriza a divulgação das informações sobre os temas mais relevantes à sociedade, independente de solicitações, no ***Portal da Transparência Rio***, um site de acesso livre que reúne as principais informações de transparência da gestão pública municipal em um só lugar (figura 1). Nele, o cidadão consegue encontrar informações sobre, despesas, receitas, licitações, servidores, contratos, estrutura administrativa, dentre outras.

O portal é organizado de forma simples, em linguagem de fácil compreensão, **fundamentado nos princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos (Lei nº 13.460 de 2017)**, a fim de garantir o direito de acesso à informação e de estimular a participação dos cidadãos na avaliação das políticas públicas e no controle social das ações do governo.

Em 2021, as principais iniciativas para promoção de transparência ativa foram o **Painel de Monitoramento da LAI**, a **Agenda Pública**, a **Divulgação da Íntegra dos Contratos** e a **Divulgação da Remuneração dos Servidores Municipais em dados abertos**.



As ações realizadas por meio da **Transparência Ativa** têm como **objetivo ampliar e aperfeiçoar a divulgação de informações públicas**. Como consequência, o município melhora o seu desempenho de avaliações realizadas sobre essa temática, como a Escala Brasil Transparente 360° - EBT 360°, uma das principais avaliações voltadas à transparência.

Além disso, as iniciativas de transparência realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro estão alinhadas aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas**, principalmente, no ODS 16, que pretende construir instituições mais eficazes, responsáveis e transparentes em todos seus níveis.



Figura 01: Portal da Transparência Rio.

Painel de Monitoramento LAI

O Painel de Monitoramento da LAI é uma importante ferramenta na divulgação de dados do atendimento aos pedidos de informação recebidos pela Prefeitura do Rio. Com **atualização diária**, ele permite o **acompanhamento das estatísticas da LAI de forma permanente**, conferindo maior transparência e detalhamento das ações relacionadas aos pedidos de acesso à informação.

Disponível no *Portal da Transparência Rio*, nele é possível encontrar dados sobre **o total de pedidos recebidos, pedidos atendidos no prazo e fora do prazo, pedidos em tratamento, além de todas essas informações organizadas por órgão.**



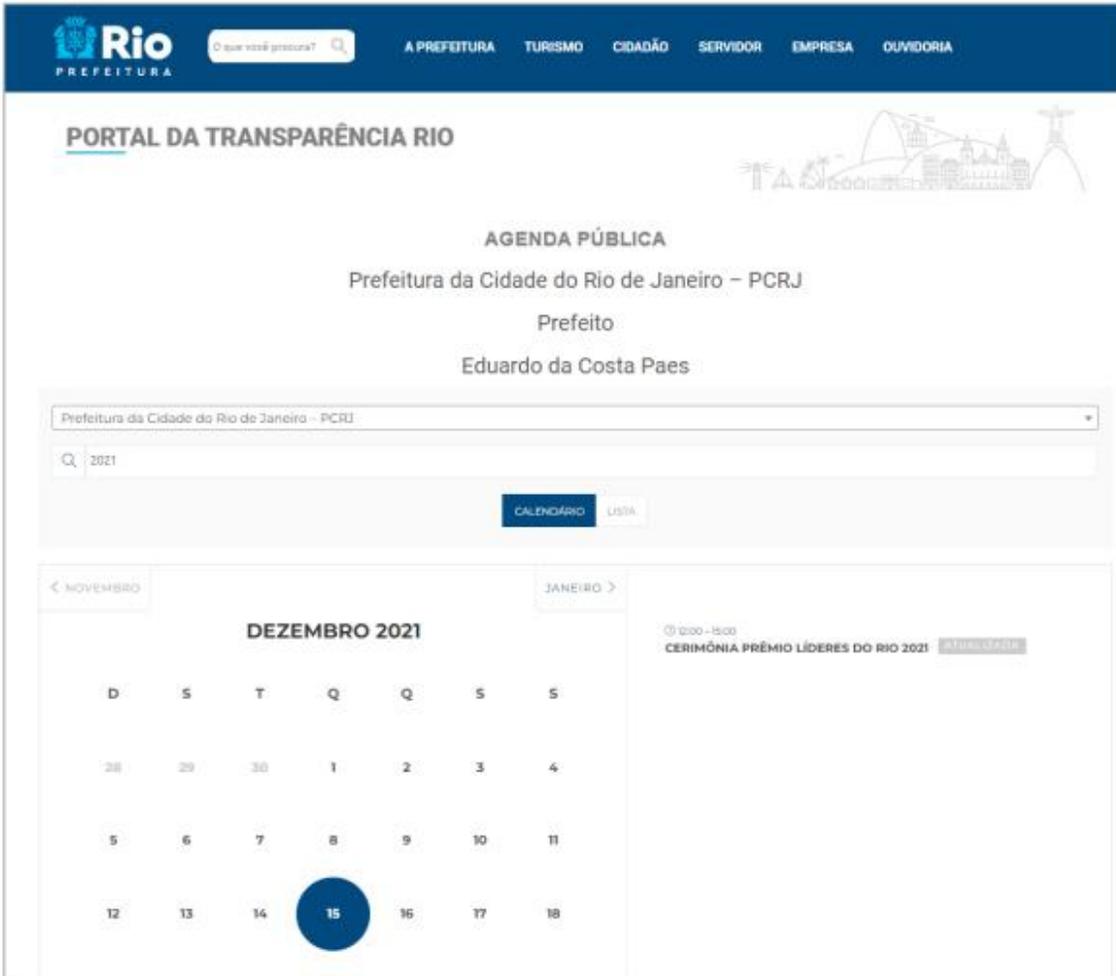
Figura 02: Painel da LAI.

Agenda Pública

A divulgação da agenda de autoridades públicas está alinhada às **melhores práticas em transparência**. Por esse motivo, em 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou a **Agenda Pública**, regulamentada pelo **Decreto Rio Nº 49.075, de 5 de julho de 2021**.

A Agenda é preenchida por **todos os titulares dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta**. Com isso, a sociedade pode acompanhar os compromissos públicos marcados por todos os órgãos da Prefeitura.

Essa ferramenta está disponível no portal *Transparência Rio* na seção *Agenda Pública*, como mostra a figura 03.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA RIO

AGENDA PÚBLICA

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ

Prefeito

Eduardo da Costa Paes

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ

2021

CALENÁRIO LISTA

< NOVEMBRO

DEZEMBRO 2021

JANEIRO >

D	S	T	Q	Q	S	S
28	29	30	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18

12:00 - 15:00

CERIMÔNIA PRÊMIO LÍDERES DO RIO 2021 **ATUALIZADA**

Figura 03: Agenda Pública.

Divulgação da Íntegra dos Contratos e Demais Instrumentos Jurídicos

A divulgação integral de contratos foi regulamentada por meio do Decreto Rio N° 49.409, de 15 de setembro de 2021.

Essa ação consiste na **divulgação, na íntegra, do documento assinado referente aos contratos e demais instrumentos jurídicos** firmados por todos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta.

Os contratos realizados a partir de 15/10/2021 já estão disponíveis para visualização e download, e os anteriores a essa data serão inseridos de maneira gradual, após edição de norma específica.

Essa iniciativa amplia a transparência, a prestação de contas e o controle social sobre o uso dos recursos públicos. Acesse o *Portal da Transparência Rio* na opção **contratos** e siga as orientações. Os documentos são apresentados junto às demais informações contratuais.



Figura 04: Como acessar a divulgação da íntegra dos contratos e demais instrumentos jurídicos.

Divulgação da Remuneração dos Servidores Municipais

Em 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro aprimorou a divulgação de informações sobre os servidores municipais ao disponibilizar um arquivo no formato de dados abertos.

Essa iniciativa tornou possível à sociedade, pela primeira vez, a consolidação das informações sobre a remuneração de servidores, facilitando o acesso, utilização, modificação, tratamento e análise dos dados disponíveis por qualquer pessoa ou instituição.

Está disponível no *Portal Transparência Rio*, seção [Servidores Municipais](#), como mostram as figuras 05 e 06.



Figura 05: Informações sobre remuneração dos servidores.



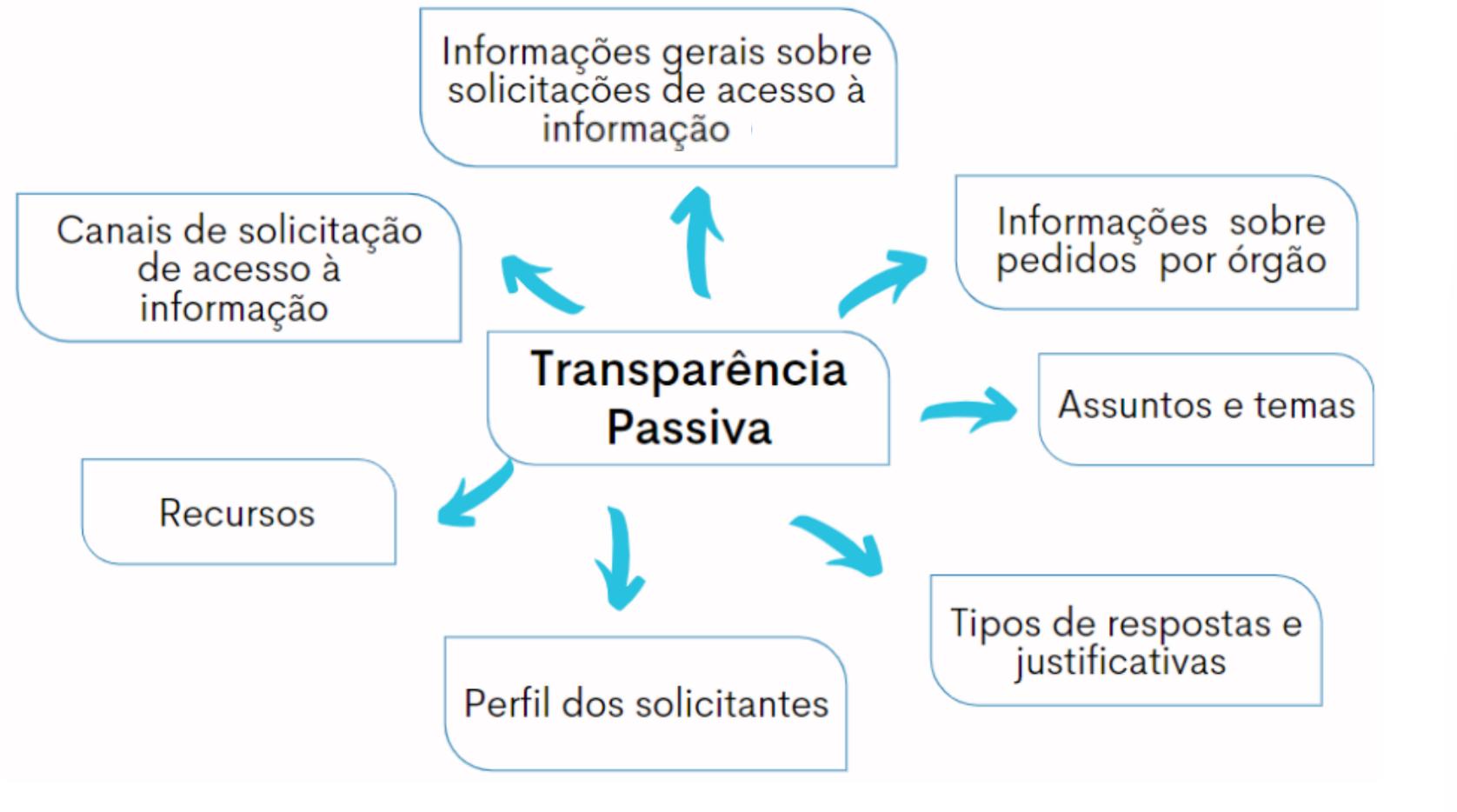
Figura 06: Informações sobre a remuneração dos servidores.



TRANSPARÊNCIA PASSIVA



3. Transparência Passiva



Transparência Passiva

A Prefeitura do Rio de Janeiro realiza atendimento às solicitações individuais de informação nos termos da Lei de Acesso à Informação que determina que **“é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.”**

Na gestão pública municipal, as solicitações de acesso à informação pública podem ser realizadas através da **Central de Atendimento 1746 – por telefone, aplicativo de celular, portal na internet ou presencialmente, nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC).**

O prazo legal de atendimento previsto em lei é de 20 dias, podendo ser prorrogado por até 10 dias mediante justificativa. Em caso de negativa de acesso, insatisfação em relação à resposta recebida ou ausência de resposta, o requerente pode abrir um recurso, conforme os prazos estabelecidos por lei. Existem duas instâncias recursais, a primeira é tratada pelo gestor máximo do órgão ou entidade municipal, e a segunda pela Comissão de Reavaliação de Informações – CORE-Rio.

As estatísticas de atendimento às solicitações de acesso à informação direcionada aos órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro em 2021 serão apresentadas nesta seção do relatório. Os dados apresentados referem-se aos pedidos e recursos realizados **entre 01/01/2021 e 31/12/2021 e recursos associados a esses pedidos. A data de referência utilizada para elaboração do relatório foi dia 31/03/2022.**



Evolução das Solicitações no Período 2012-2021

No ano de 2021, a Prefeitura do Rio recebeu um total de **1.573 solicitações de acesso à informação**, e, no gráfico 01, é possível acompanhar a evolução do **total de solicitações recebidas no período de 2012 até 2021**, incluindo pedidos e recursos.

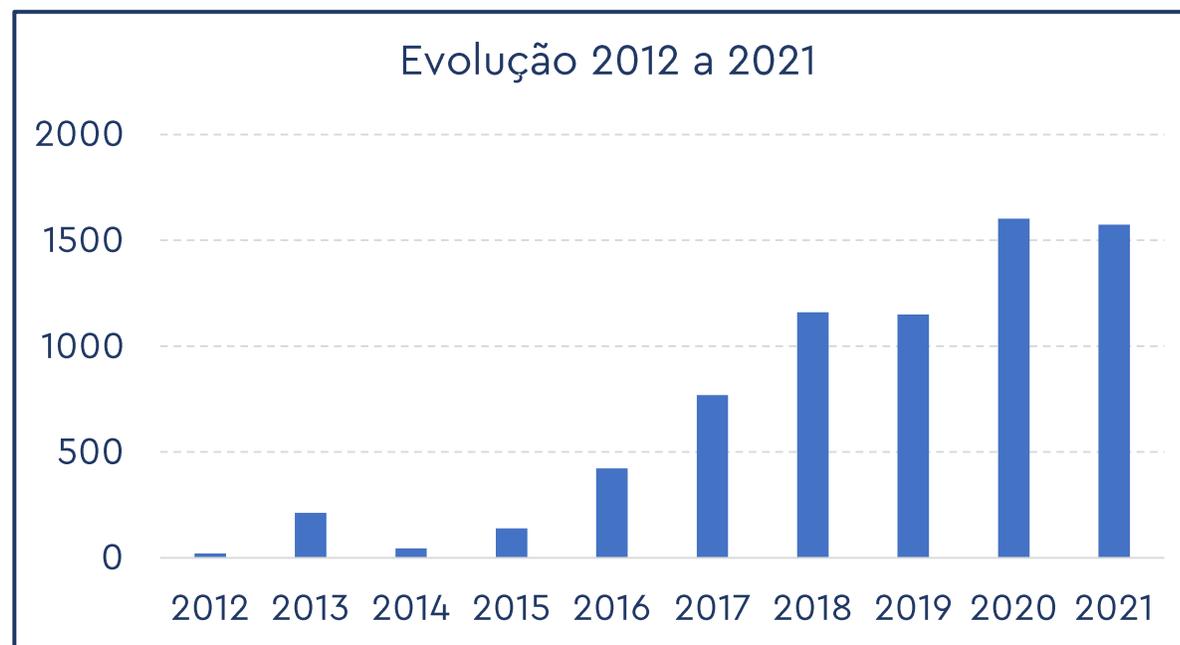


Gráfico 01: Evolução 2012 a 2021.

Quantitativo Total de Solicitações de Acesso a Informação - 2021

Das **1.573 solicitações** de acesso à informação, **1.491 (95%)** foram pedidos, **77 (5%)** foram recursos de 1ª instância e **5 recursos de 2ª instância**, como mostra o gráfico 02.

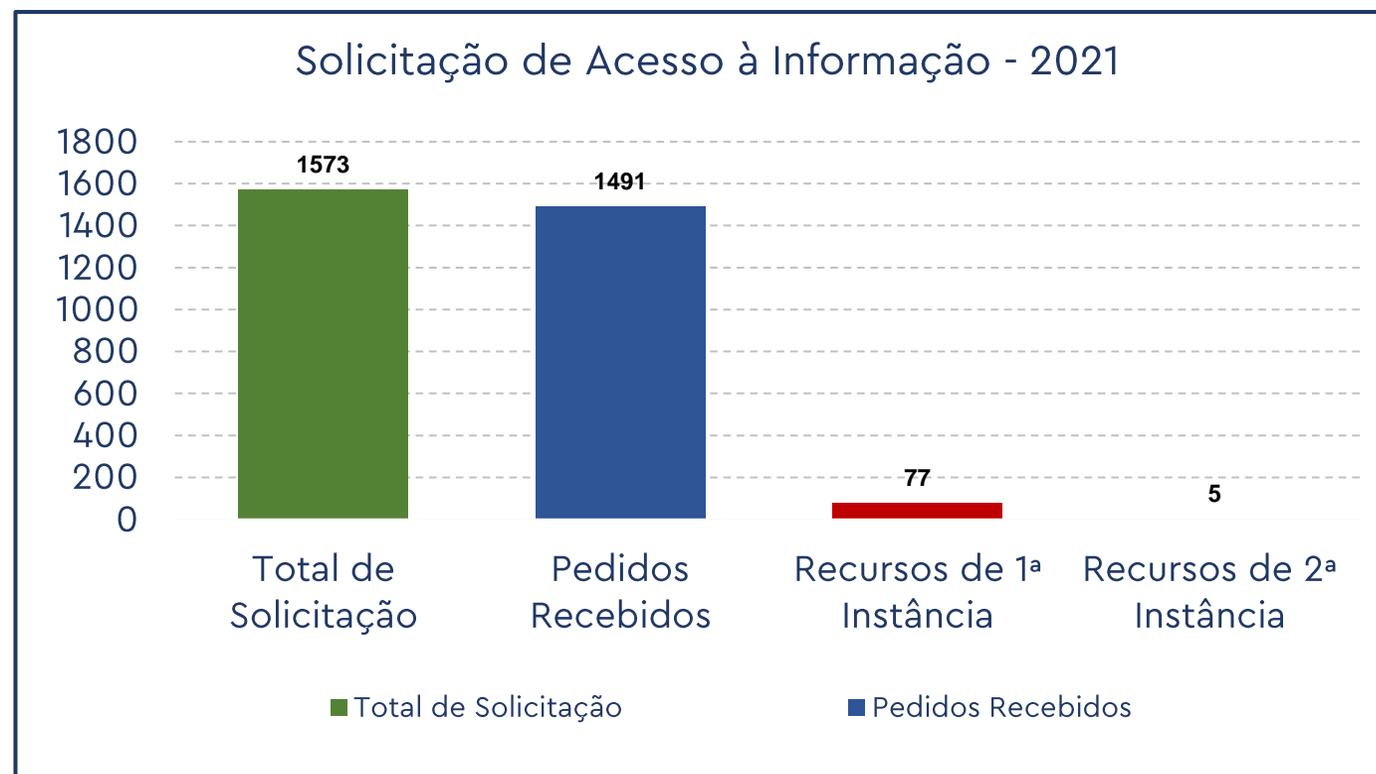


Gráfico 02: Quantitativo de solicitações de acesso à informação.

Cumprimento de Prazo de Resposta

A taxa de resposta aos pedidos de acesso à informação recebidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro foi de **100%**, sendo **84%** desses pedidos **respondidos dentro do prazo** determinado por lei e **16% de pedidos respondidos fora do prazo**, como se observa no gráfico 03.

O tempo médio de resposta às solicitações, no ano de 2021, foi de **18 dias**.

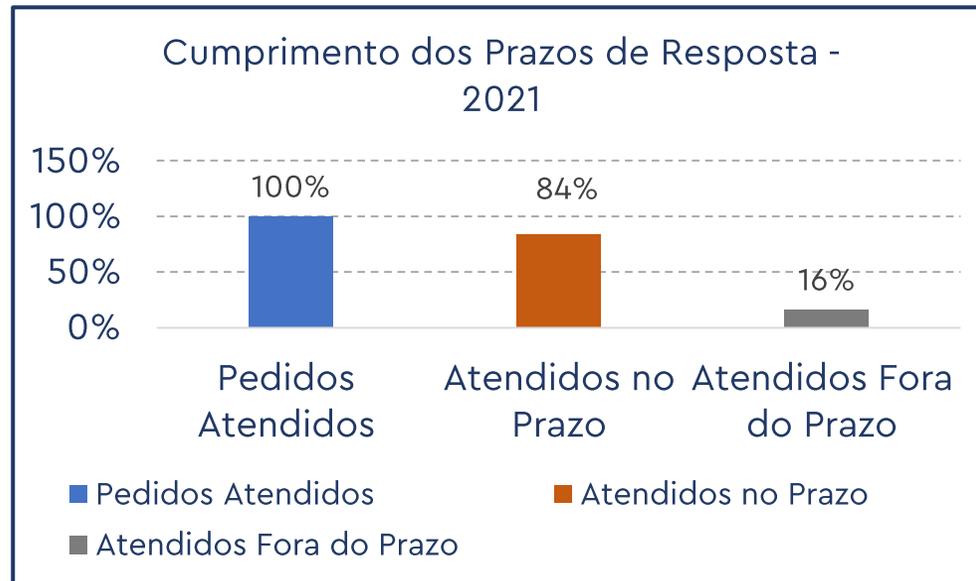


Gráfico 03: Cumprimento de prazo de resposta aos pedidos.

Ainda em relação ao tempo médio de resposta o gráfico 04 ilustra a porcentagem de pedidos respondidos em até 20 dias (70%), de 21 a 30 dias (14%) e de resposta realizada após 30 dias (16%).

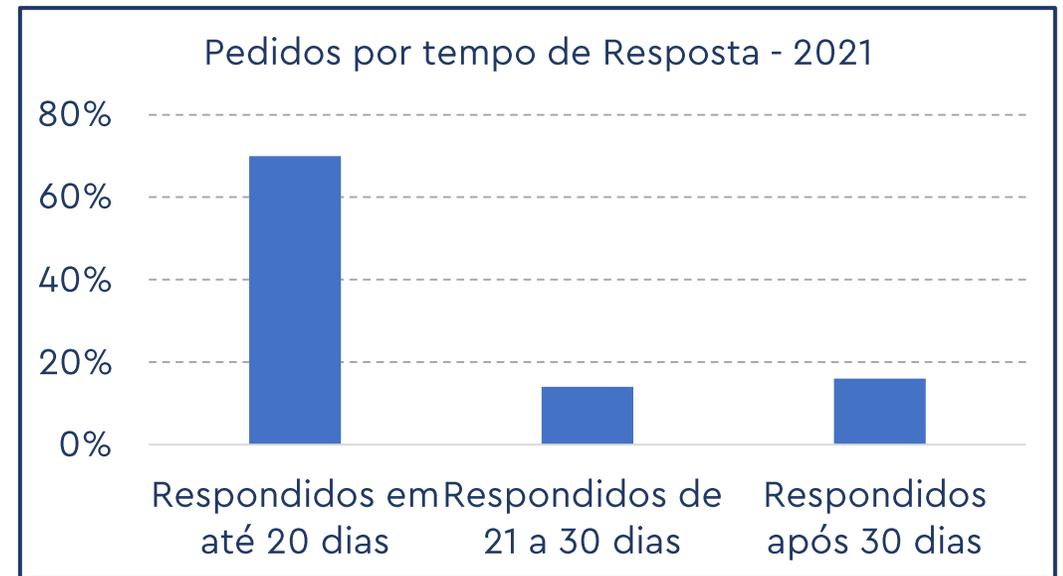


Gráfico 04: Classificação dos pedidos por tempo de resposta.

Órgãos mais Demandados

Em relação aos pedidos recebidos, **os 6 órgãos mais demandados** foram: Secretaria Municipal de Educação (SME), Coordenadoria Técnica de Transparência (GI/SUBTDG/CTTR), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP), Secretaria de Governo e Integração Pública (SEGOVI) e Secretaria Municipal de Transporte (SMTR).

A tabela 01 e o gráfico 05 ilustram a quantidade de pedidos de acesso à informação desses órgãos mais demandados, assim como a porcentagem de pedidos recebidos por eles em relação ao quantitativo total da Prefeitura. **Juntos esses 6 órgãos somam 60% dos pedidos recebidos.**

Tabela 01: Informações sobre os órgãos mais demandados

Órgão	Nº de Pedidos	%
SME	249	16%
GI/SUBTDG/CTTR	210	14%
SMS	174	12%
SMFP	142	9%
SEGOVI	83	5%
SMTR	58	4%
Total	916	60%

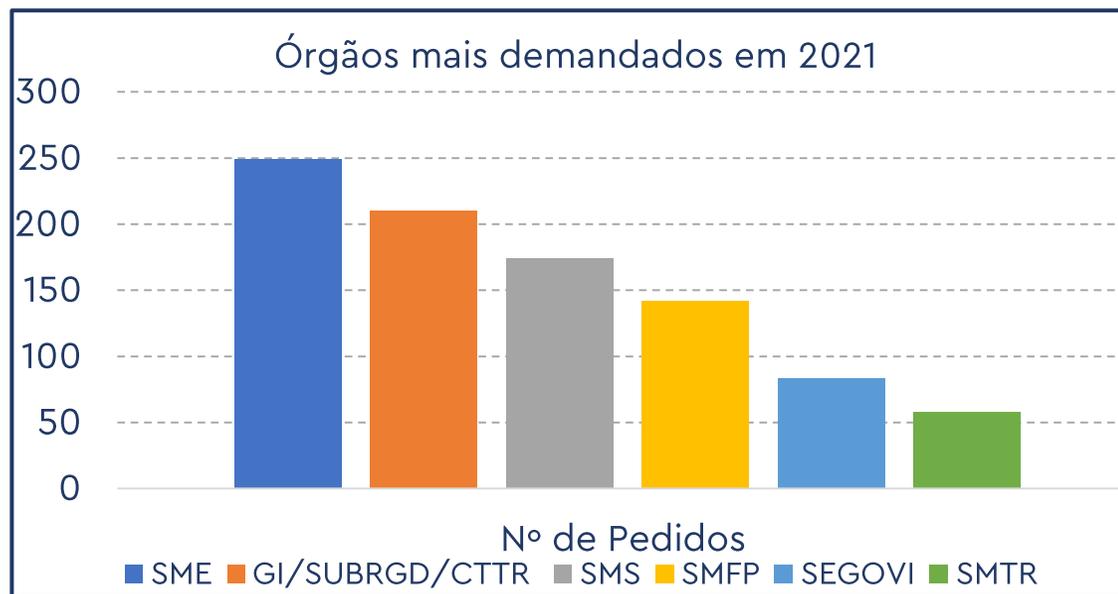


Gráfico 05: Informações sobre os órgãos mais demandados.

Total de Pedidos Recebidos por Órgão

A tabela 02 indica a distribuição dos pedidos de acesso à informação dos órgãos e entidades municipais:

Tabela 02: Quantitativo de pedidos por órgão

Órgão	Nº de Pedidos
SME	249
GI/SUBRGD/CTTR	210
SMS	174
SMFP	142
SEGOVI	83
SMTR	58
SMAC	42
SMDEIS	36
COMLURB	35
RIOSAUDE	34
RIO-ÁGUAS	32
FP/SUBGGC	30
SECONSERVA	28
SMI	26
PGM	25
S/IVISA-RIO	24
SMAS	24

Órgão	Nº de Pedidos
CET-RIO	21
FP/CLF	21
SMH	20
SMPU	19
SMC	19
RIOLUZ	16
CGM	15
IPP	12
GM-RIO	12
CDURP	11
RIOTUR	8
IPLANRIO	8
SMEL	7
SEOP	7
GP/COR	7
FPJ	5
GBP	5

Órgão	Nº de Pedidos
PREVI-RIO	3
GEO-RIO	3
S/SUBPDEC	2
SMTE	2
SEIM	2
SETUR	2
SMPD	2
SPM-RIO	2
RIO-ZOO	2
CIDADE DAS ARTES	1
FOMENTA RIO	1
FP/CCU	1
SEAC-RIO	1
SECID	1
RIO-URBE	1
Total	1.491

Cumprimento de Prazo de Resposta por Órgão – Valores Percentuais

Dos 49 órgãos que receberam pedidos de acesso à informação, **16 tiveram 100% na taxa de resposta no prazo**, como mostra a tabela 03.

Tabela 03: Órgãos com 100% de taxa de resposta no prazo.

Órgão	Nº no prazo	% no prazo
GI/SUBTGD/CTTR	210	100%
PGM	25	100%
FP/CLF	21	100%
SMPU	19	100%
GM-RIO	12	100%
IPP	12	100%
SEOP	7	100%
GEO-RIO	3	100%
PREVI-RIO	3	100%
SMPD	2	100%
SMTE	2	100%
S/SUBPDEC	2	100%
FP/CCU	1	100%
RIO-URBE	1	100%
SEAC-RIO	1	100%
SECID	1	100%

Já **8 órgãos** tiveram 50% ou mais de pedidos **respondidos fora do prazo**, como destacado na **tabela 04**:

Tabela 04: Órgãos com 50% ou mais de pedidos respondidos fora do prazo.

Órgão	Nº fora do prazo	% fora do prazo
RIO-ZOO	2	100%
SEIM	2	100%
FCA	1	100%
FOMENTA RIO	1	100%
GP/COR	4	57%
SMEL	4	57%
SETUR	1	50%
SPM-RIO	1	50%

Cumprimento de Prazo de Resposta por Órgão - Valores Absolutos

Os órgãos com maior número de pedidos atendidos no prazo, em **termos absolutos**, foram: Secretaria Municipal de Educação, a Coordenadoria Técnica de Transparência, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública e a Secretaria Municipal de Transportes, respectivamente, como os órgãos com melhor taxa de resposta no prazo, como mostra a tabela 05.

Tabela 05: Órgãos com maior número de pedidos atendidos no prazo, em termos absolutos.

Órgão	Número de Pedidos Respondidos no Prazo
SME	239
GI/SUBTGD/CTTR	210
SMS	131
SMFP	99
SEGOVI	66
SMTR	47

Já os 5 (**cinco**) órgãos que apresentaram a maior quantidade em termos absolutos de pedidos respondidos fora do prazo foram: Secretaria de Fazenda e Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Governo e Integridade Pública, Subsecretaria de Gente e Gestão Compartilhada e Companhia Municipal de Limpeza Urbana, como mostra a tabela 06.

Tabela 06: Órgãos com maior número de pedidos atendidos fora do prazo, em termos absolutos.

Órgão	Número de Pedidos Respondidos Fora do Prazo
SMFP	43
SMS	43
SEGOVI	17
FP/SUBGGC	13
COMLURB	12

Cumprimento de Resposta no Prazo por Órgão

Ainda em relação ao cumprimento de prazo, a tabela 07 apresenta o quantitativo e o percentual de pedidos respondidos dentro e fora do prazo dos 49 órgãos que receberam pedidos de acesso à informação.

Tabela 07: Cumprimento de prazos dos órgãos.

Órgão	Nº No prazo	% No prazo	Nº Fora do prazo	% Fora do prazo
GI/SUBTGD/CTTR	210	100%	-	0%
PGM	25	100%	-	0%
FP/CLF	21	100%	-	0%
SMPU	19	100%	-	0%
GM-RIO	12	100%	-	0%
IPP	12	100%	-	0%
SEOP	7	100%	-	0%
PREVI-RIO	3	100%	-	0%
GEO-RIO	3	100%	-	0%
SMTE	2	100%	-	0%
SMPD	2	100%	-	0%
S/SUBPDEC	2	100%	-	0%
FP/CCU	1	100%	-	0%
SEAC-RIO	1	100%	-	0%
RIO-URBE	1	100%	-	0%
SECID	1	100%	-	0%
SMAC	41	97%	1	3%

Órgão	Nº No prazo	% No prazo	Nº Fora do prazo	% Fora do prazo
SME	239	96%	10	4%
CGM	14	93%	1	7%
RIOSAUDE	30	88%	4	12%
IPLANRIO	7	87%	1	13%
SECONSERVA	24	86%	4	14%
SMI	22	85%	4	15%
RIOLUZ	13	81%	3	19%
SMTR	47	81%	11	19%
SMDEIS	29	81%	7	19%
SMH	16	80%	4	20%
SEGOVI	66	79%	17	21%
S/IVISA-RIO	19	79%	5	21%
SMC	15	79%	4	21%
SMS	131	75%	43	25%
RIOTUR	6	75%	2	25%
SMFP	99	70%	43	30%
RIO-ÁGUAS	22	69%	10	31%

Órgão	Nº No prazo	% No prazo	Nº Fora do prazo	% Fora do prazo
COMLURB	23	66%	12	34%
CDURP	7	64%	4	36%
CET-RIO	13	62%	8	38%
FPJ	3	60%	2	40%
GBP	3	60%	2	40%
SMAS	14	58%	10	42%
FP/SUBGGC	17	57%	13	43%
SPM-RIO	1	50%	1	50%
SETUR	1	50%	1	50%
SMEL	3	43%	4	57%
GP/COR	3	43%	4	57%
SEIM	-	-	2	100%
RIO-ZOO	-	0%	2	100%
FCA	-	0%	1	100%
FOMENTA RIO	-	0%	1	100%
Total	1.250	84%	241	16%

Tempo Médio de Resposta por órgão

Na tabela 08, há o **tempo médio de resposta, em dias, dos 49 órgãos e entidades municipais** que receberam pedidos de solicitação de acesso à informação.

Tabela 08: Tempo médio de resposta por órgão.

Órgão	Tempo
GI/SUBTGD/CTTR	1 dia
SECID	1 dia
FP/CLF	5 dias
PGM	7 dias
SMPU	8 dias
IPP	9 dias
GEO-RIO	11 dias
SMPD	11 dias
S/SUBPDEC	12 dias
GM-RIO	13 dias
SEOP	13 dias
SME	13 dias
CGM	14 dias

Órgão	Tempo
SMAC	14 dias
PREVI-RIO	15 dias
SMTR	15 dias
IPLANRIO	17 dias
SEAC-RIO	18 dias
SMI	18 dias
SMTE	18 dias
FP/CCU	19 dias
RIOSAUDE	20 dias
SEGOVI	20 dias
RIOLUZ	21 dias
SMDEIS	21 dias
SPM-RIO	21 dias

Órgão	Tempo
SECONSERVA	22 dias
RIOTUR	24 dias
SMC	24 dias
SMS	24 dias
RIO-ÁGUAS	25 dias
S/IVISA-RIO	25 dias
SMH	26 dias
CET-RIO	28 dias
SMFP	29 dias
COMLURB	30 dias
RIO-URBE	30 dias
SMAS	34 dias
FOMENTA RIO	35 dias

Órgão	Tempo
FP/SUBGGC	40 dias
FPJ	44 dias
FCA	45 dias
GBP	45 dias
SETUR	48 dias
CDURP	49 dias
GP/COR	49 dias
SMEL	49 dias
RIO-ZOO	52 dias
SEIM	69 dias
Total	18 dias

Tipos de Respostas e Justificativas

As respostas aos pedidos de acesso à informação são classificadas em tipos. Quando a informação é dada, a resposta é classificada como **acesso concedido**; quando a informação não é fornecida, a resposta ao pedido é **acesso negado**. Já o **acesso parcialmente concedido** é o tipo de resposta dada quando parte da informação é entregue ao requerente.

Por fim, quando os pedidos são analisados e classificados como **não se trata de LAI, informação inexistente, órgão não tem competência e pedido duplicado** há o encerramento do pedido com o fornecimento de uma justificativa, de acordo com cada situação específica.

A partir da tabela 09, é possível perceber que houve **63%** de pedidos do tipo **acesso concedido**, **4%** com **acesso negado**, **3%** de **acesso parcialmente concedido**, **11%** não se tratavam de LAI, **11%** se tratavam de **informações in-existentes**, **2%** o **órgão não tinha competência para responder** e **6%** dos pedidos foram duplicados.

Tabela 09: Tipos de respostas aos pedidos de informação pública.

Tipo de Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	943	63%
Acesso Negado	67	4%
Acesso Parcialmente Concedido	49	3%
Não se trata de LAI	157	11%
Informação inexistente	156	11%
Órgão não tem competência	28	2%
Duplicada	88	6%
Cancelado	3	0,2%
Total	1.491	100%

* Definições:

Não se trata de LAI: não se trata de pedido de informação, e sim outro tipo de demanda, por exemplo, denúncia, sugestão, dúvida, consulta à administração pública, entre outras.

Informação Inexistente: a informação solicitada não existe.

Não tem competência sobre o assunto: a informação solicitada não é de competência do órgão. É utilizado normalmente quando a informação não é de competência do município.

Pedido Duplicado: o solicitante faz o mesmo pedido mais de uma vez. Nesse caso, 1 pedido será respondido e os demais ficam como pedidos duplicados.

Cancelado: pedidos feitos para teste no sistema. Também pode ser utilizado para cancelamento a pedido do requerente.

Tipos de Respostas e Justificativas

Na classificação dos tipos de resposta, as classes **Acesso Concedido**, **Acesso Negado** e **Acesso Parcialmente Concedido** apresentam justificativas, que indicam outras informações sobre a resposta concedida, como apresentado abaixo.

Tabela 10: Assuntos dos pedidos de acesso à informação

Acesso Concedido	Quantidade
Comunicada necessidade de pagamento de custos de postagem e/ou reprodução	3
Concedido acesso a sistema corporativo para consulta da informação	4
Data, hora e local para consulta agendadas	36
Informações enviadas pelo e-mail	271
Orientação sobre como encontrar a informação solicitada na internet ou em publicações existentes	110
Resposta solicitada inserida no SGRC	519
Total	943

Acesso Negado	Quantidade
Dados pessoais	4
Informação sigilosa classificada conforme a Lei nº 12.527/2011	2
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	14
Pedido desproporcional ou desarrazoado	5
Pedido exige tratamento adicional de dados	11
Pedido genérico	14
Pedido incompreensível	1
Processo decisório em curso	16
Total	67

Acesso Parcialmente Concedido	Quantidade
Parcialmente dados pessoais	1
Parte da informação demandará mais tempo para produção	4
Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei nº 12.527/2011	1
Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica	2
Parcialmente Pedido desproporcional ou desarrazoado	2
Parcialmente Pedido exige tratamento adicional de dados	9
Parcialmente Pedido genérico	1
Parcialmente Pedido inexistente	12
Parcialmente compete outro órgão	17
Total	49

Assuntos e Temas

A classificação dos pedidos por assunto é bastante utilizada para avaliar os principais interesses da sociedade e os dados estão apresentados na tabela 11.

Tabela 11: Assuntos dos pedidos de acesso à informação.

Assuntos	Nº
Administração	281
Educação	246
Saúde	195
Infraestrutura e Habitação	93
Transportes e Trânsito	93
Meio Ambiente	58
Comunicações	53
Economia e Finanças	51
Limpeza Urbana e Saneamento	49
Urbanismo	40
Comércio e Serviços	36
Proteção e Assistência Social	30
Cultura	24
Segurança e Ordem Pública	18
Esportes e Lazer	10
Previdência	2
Trabalho e Desenvolvimento Social	2
Não se aplica	210

De forma geral, enquanto os assuntos apresentam, as grandes áreas da administração municipal, o detalhamento por temas permite aprofundar análises relacionadas ao principal objeto da solicitação. Assim, os assuntos se subdividem em temas, possibilitando avaliação de forma conjunta ou separada, e na tabela 12 estão listados os cinco temas mais buscados no ano de 2021 em relação aos pedidos de acesso à informação.

Tabela 12: Cinco principais temas dos pedidos de acesso à informação.

Temas mais procurados	Nº
Servidor Público	222
Dados e Estatísticas	215
Contratos e Processos	181
Receitas e Despesas	172
Pandemia de COVID-19	48

Perfil do Solicitante

Em relação ao perfil do solicitante, este relatório traz informações sobre localização e gênero, ambos a partir de estimativas.

No caso da **localização**, como o campo endereço não é de preenchimento obrigatório no cadastro para solicitação de acesso à informação, a identificação geográfica do requerente **foi associada ao seu estado de origem com base no código DDD do telefone cadastrado**, já que esse é um dado normalmente preenchido.

A partir dessa classificação, foram registrados **13 estados como origem** de requerentes em 2021. Desses estados, os três que apresentam um maior quantitativo de solicitações são, respectivamente, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo como percebe-se no gráfico 06.

Já em relação ao perfil de requerentes e levando em consideração os gêneros masculino e feminino, foram identificados 622 solicitantes do gênero feminino e 860 do gênero masculino.



Gráfico 06: Localização dos solicitantes.

Canais de Solicitações de Acesso à Informação

No município do Rio de Janeiro, os pedidos de acesso à informação pública podem ser realizados pela Central de Atendimento 1746 – por telefone, aplicativo de celular, portal na internet - ou presencialmente, nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC).

A grande maioria dos pedidos de acesso à informação apresentados à Prefeitura do Rio foram na modalidade eletrônica, totalizando 99% de todos os pedidos recebidos.

O gráfico 07 traz o detalhamento da escolha dos requerentes em relação ao canal utilizado para pedir informações. Através dele, nota-se que **a grande maioria dos requerentes realiza seus pedidos pelo site da Central 1746.**

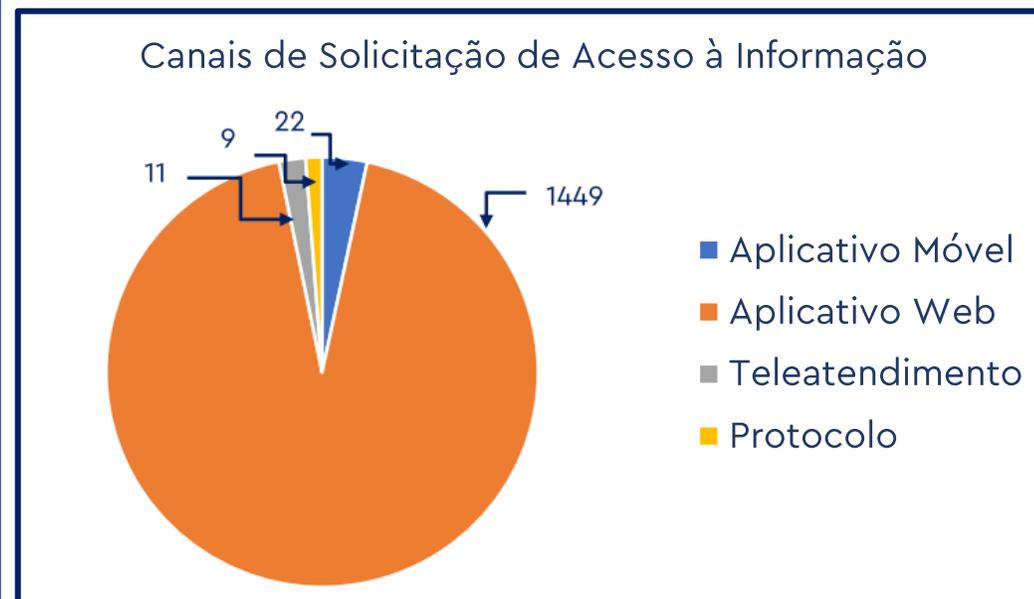


Gráfico 7 :Canais de Solicitações de Acesso à Informação.

Recursos

No ano de 2021, foram apresentados **82 recursos** relacionados à LAI. Desses, **77 foram recursos de 1ª instância e 5 foram recursos de 2ª instância**. Portanto, em relação aos pedidos recebidos, 5% sofreram recursos de 1ª instância. Dos recursos de 1ª instância, e dos recursos de 1ª instância, 6% sofreram recursos de 2ª instância.

Dos 77 dos recursos de 1ª instância:

- **34 foram deferidos**, portanto a informação foi concedida ao requerente;
- **1 parcialmente deferido**, ou seja, uma parte da informação foi fornecida;
- **11 recursos foram indeferidos**, uma vez que a informação não foi concedida;
- **7 recursos não foram acatados** por terem sido abertos fora do prazo estabelecido por lei para solicitação de recurso;
- **17 não foram acatados por serem improcedentes**. Recursos improcedentes são aqueles que não estão associados a um pedido anterior, ou onde houve uma inovação recursal (quando o recurso apresenta elementos não contidos no pedido relacionado);
- **7 classificados como não conhecimento**, por serem recursos referentes a pedidos que não se tratavam de LAI.



3.7 RECURSOS

Ainda em relação aos recursos de 1ª instância, é possível classificá-los em tipos, ou seja, a partir do motivo pelos quais os recursos foram abertos.

Nesse sentido, 33% dos recursos foram abertos por ausência de resposta, 57% por insatisfação, 10% por negativa de acesso à informação, como mostra o gráfico 08.

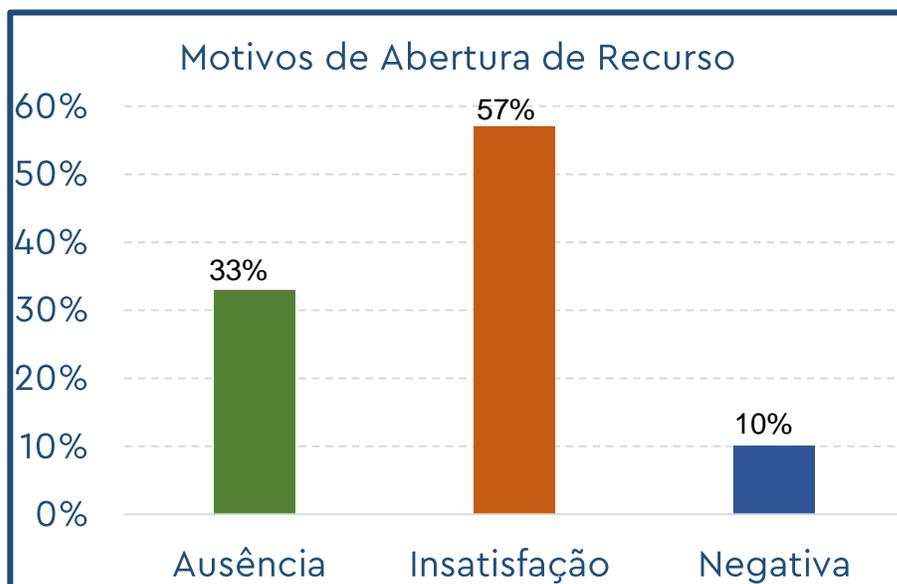


Gráfico 08: Motivos dos Recursos de 1ª instância.

Analisando os 5 recursos de 2ª instância, 1 recurso resultou em perda de objeto, ou seja, o órgão responsável respondeu ao requerente antes da avaliação pela 2ª instância, 3 em não conhecimento, pois o pedido de referência não se enquadrava na LAI; e permanecia em aberto na data de extração de dados deste relatório, como mostra o gráfico 09:

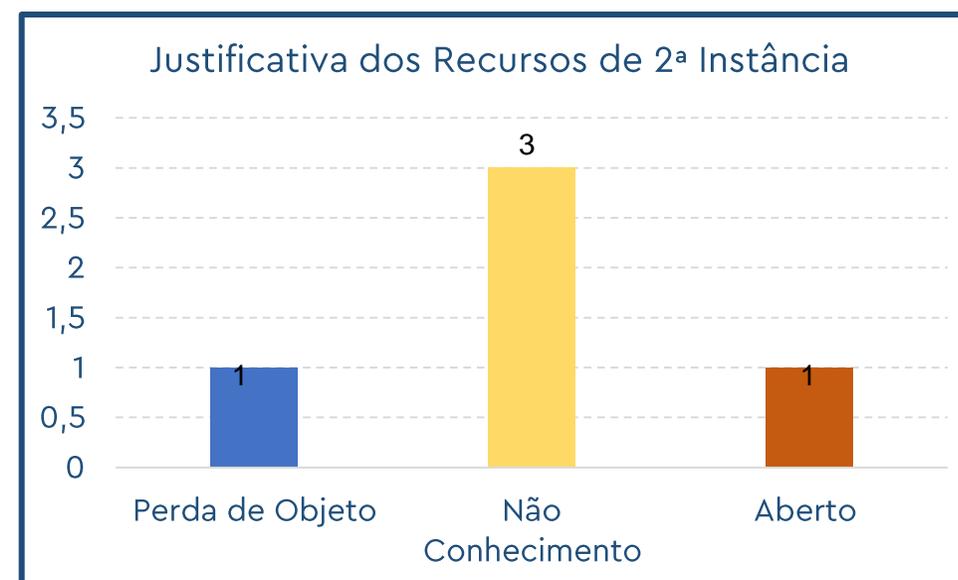


Gráfico 09: Justificativa dos Recursos de 2ª Instância.



PROJETOS



Em 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro aderiu ao **Programa Time Brasil**, desenvolvido pela Controladoria Geral da União, com o **objetivo de aprimorar a gestão pública municipal e fortalecer a transparência e o combate à corrupção.**

A **participação no programa é voluntária**, sendo realizada mediante a elaboração de um autodiagnóstico e, posteriormente, um **Plano de Ação**, pelo estado ou município interessado. Esse plano de ação tem como objetivo estabelecer metas que fortaleçam a política de transparência local, as estruturas de controle interno, a disseminação de boas práticas de integridade pública, a prevenção a desvios de conduta, assim como o fomento à participação da sociedade.

Dessa forma, o Programa Time Brasil pretende auxiliar no diagnóstico local e na melhoria de três importantes temas da gestão pública - **Transparência, Integridade e Participação Social**. O **Plano de Ação da Cidade do Rio de Janeiro** contém 23 compromissos a serem cumpridos, e o Grupo de Trabalho formado para o desenvolvimento das ações foi regulamentado por meio do Decreto Municipal Nº 49.186, de 26 de julho de 2021.



Ainda no estabelecimento de parcerias, foi celebrado um **acordo de cooperação técnica celebrado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro – ITS, com a participação da Universidade de Columbia**, especificamente a Graduate School of Architecture, Planning and Preservation. O objetivo foi realizar um intercâmbio de informações e conhecimentos entre os alunos da graduação e a Subsecretaria de Transparência e Governo Digital, com possibilidade de criação de alguns protótipos de produtos de transparência.

Por fim, um marco importante, em âmbito municipal, foi a **definição da Autoridade de Monitoramento da LAI**, em todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. Essa iniciativa, regulamentada pelo Decreto Rio Nº 49.051, de 29 de junho de 2021, visa melhorar o atendimento às solicitações de acesso à informação e promover boas práticas de transparência pública.





CONSIDERAÇÕES FINAIS



O relatório estatístico anual da Lei de Acesso à Informação da Prefeitura do Rio de Janeiro - 2021 tem como **objetivo apresentar as principais estatísticas relacionadas às solicitações de acesso à informação, as novas iniciativas em transparência ativa disponíveis no Portal Transparência Rio** e compartilhar os **principais projetos** implementados ao longo do ano.

Dessa forma, foram apresentados:

- ✓ O **Painel de Monitoramento da LAI** que disponibiliza as informações mais relevantes sobre os pedidos de acesso à informação e é atualizado diariamente;
- ✓ A **Agenda Pública**, uma ferramenta em que sociedade pode consultar os compromissos públicos dos titulares dos órgãos e entidades municipais;
- ✓ A **divulgação da íntegra dos contratos e demais instrumentos jurídicos**, que permite a visualização, em um único ambiente da internet, de todos os contratos e demais instrumentos jurídicos firmados pelos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta.
- ✓ A **divulgação de remuneração de serviços em dados abertos**, permitindo a consolidação e análise de dados por parte da sociedade.

Em relação à transparência passiva, foram recebidas **1.573 solicitações** de acesso à informação, das quais **1.491 foram pedidos, 77 recursos de 1ª instância e 5 recursos de 2ª instância**. O tempo médio de resposta em 2021 foi de **18 dias, e 84% dos pedidos foram respondidos no prazo**.



Os órgãos mais demandados foram: Secretaria Municipal de Educação (SME), Coordenadoria Técnica de Transparência (GI/SUBTGD/CTTR), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP), Secretaria de Governo e Integração Pública (SEGOVI) e Secretaria Municipal de Transporte (SMTR).

As solicitações de acesso à informação foram realizadas de forma remota em 99% dos casos, através do portal na internet, aplicativo móvel para celular e teleatendimento, e os estados que tiveram maior número de pedidos foram **Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo**, respectivamente.

A Prefeitura do Rio de Janeiro também realizou alguns projetos importantes para fomentar a cultura da transparência no âmbito municipal, dentre os quais:

- ✓ A adesão ao Programa Time Brasil;
- ✓ O acordo de cooperação técnica celebrado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro –ITS, com a participação da Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Universidade de Columbia;
- ✓ O estabelecimento de Autoridades de Monitoramento em cada órgão e entidade municipal.

As iniciativas de transparência ativa realizadas em 2021 estão disponíveis no Portal Transparência Rio, regulamentadas através de decretos municipais, foram planejadas e executadas com o objetivo de ampliar a divulgação de informações pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Acesse aqui o transparencia.rio

